

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.670 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2003



Gerardo Magela

Henrique Meirelles fala a comissões da área econômica em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal

Meirelles avalia hoje no Congresso cumprimento de metas econômicas

PÁGINA 3

Comissão ouve Itamar, indicado para embaixada do Brasil na Itália

PÁGINA 2

Matador de juiz pode ser condenado a até 40 anos

Projetos que estabelecem penas mais duras para homicídio contra juiz, membro do Ministério Público, jurado e policial estão na pauta de hoje do Plenário. Proposta de José Sarney determina até 40 anos de prisão para esse tipo de crime.

O custo da violência

Estudo feito pelo Banco Mundial mostra que quanto menos o país gasta com políticas de prevenção ao crime maior é o impacto da violência sobre a economia. A criminalidade afeta variáveis como turismo, investimentos estrangeiros e consumo.

Veja quanto custa o crime para os países

(em % do PIB)

Colômbia	24,7
México	12,3
Venezuela	11,8
Brasil	10,5
Peru	5,1

Fonte: Banco Mundial/ Juan Luis Londoño



Roosevelt Pinheiro

Plenário deve examinar diversas matérias depois que votar medidas provisórias que trancam a pauta

PÁGINA 3

Márcia Kalume



Conselho ouviu representantes das empresas de TV a cabo

Conselho de Comunicação prepara parecer sobre capital estrangeiro em TV a cabo

PÁGINA 2

Novo salário mínimo recebe elogios, críticas e projeto para aumento do valor real

PÁGINA 8

Conselho de Comunicação dará parecer sobre capital estrangeiro em TV a cabo

Comissão encarregada de examinar projeto que tramita no Senado ouviu ontem representantes de empresas. Colegiado deve tomar posição na próxima semana



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2003

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: MP nº 79/02, que institui normas gerais sobre desporto; MP nº 80/02, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; PLC nº 92/01, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; discussão em turno único, em regime de urgência, do PLS nº 66/03, que altera a pena máxima para 40 anos, aumenta a pena para homicídios qualificados, introduz como homicídio qualificado o praticado contra magistrados, membros do Ministério Público, jurados e policiais; entre outros.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PLS que dispõe sobre alterações de alíquotas do Imposto de Importação; PLS sobre concessão de desconto para músicos no valor do ingresso em espetáculos musicais; e PLS que institui Fundo de Apoio aos Serviços de Iluminação Pública; entre outros.

2ª Parte — audiência pública com a participação do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, sobre o papel do ministério durante o governo Lula.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h — Comissão de Educação
Pauta: audiência pública com a presença do ministro da Educação, Cristovam Buarque, sobre diretrizes e programas prioritários do Ministério da Educação.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h — Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude
Pauta: instalação da subcomissão.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: PLS que veda implantação do horário de verão nos estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal; PLC sobre estabelecimento da hora de verão no país em datas determinadas e nas regiões específicas; entre outros.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

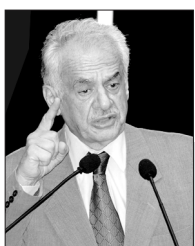
14h30 — Subcomissão Temporária do Idoso
Pauta: instalação da subcomissão.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: audiência pública com a presença do presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, sobre o impacto das políticas monetária, creditícia e cambial no segundo semestre de 2002. Planário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Mensagens submetendo os nomes de Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Tilden José Santiago e Itamar Augusto Cautiero Franco para exercerem o cargo de embaixador na Suíça, em Cuba e na Itália.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

Senadores votam indicação de Itamar para embaixada

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examina hoje, a partir das 17h30, a indicação do ex-presidente Itamar Franco para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Itália. Antes da votação, ele será sabatinado pelos membros da comissão sobre o que pretende



Simon recorda ação de Itamar em diversos cargos

ex-presidente não somente no Palácio do Planalto, mas como governador de Minas Gerais e como senador. Disse ainda que Itamar já conta com experiência diplomática, tendo atuado como embaixador em Lisboa e na Organização dos Estados Americanos, em Washington.

realizar no cargo. A indicação, se aprovada pela CRE, ainda dependerá de votação no Plenário.

O relator da mensagem presidencial é o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que foi líder do governo Itamar Franco no Senado. Ele destacou o trabalho realizado pelo

A CRE, presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), examina também hoje a indicação de Celina Maria Assumpção do Valle Pereira para a embaixada na Suíça e do ex-deputado federal Tilden José Santiago, para embaixador em Cuba.

Hélio Costa apóia artigo em defesa do ex-presidente

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) leu artigo intitulado "Itamar merece respeito", escrito pelo jornalista Fábio Doyle e publicado pelo jornal mineiro *Diário da Tarde*, em defesa da indicação do ex-presidente para a embaixada do Brasil em Roma.



Costa destacou em Plenário artigo de Fábio Doyle

Conforme o senador, o jornalista diz no artigo que Itamar Franco, no governo de Minas Gerais, como na Presidência da República e em toda a sua vida político-partidária, "balizou seu comportamento pelo mais estrito respeito ético, absoluta cor-

reção e o mais elevado sentido do interesse público".

O jornalista, destacou Hélio Costa, lamenta que surja no noticiário "uma diátribe de um senador qualquer, com a ameaça de votar contra a indicação de Itamar

com o argumento de que ele descumpriu, no governo de Minas, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige equilíbrio orçamentário praticamente impossível de ser atingido em uma conjuntura difícil sem massacrar o funcionalismo".



Márcia Kolumbe

A conselheira Berenice Mendes Bezerra com Alexandre Annenberg e José Francisco de Araújo Lima, representantes das empresas de TV a cabo

O Conselho de Comunicação Social emitirá parecer sobre o projeto de lei que permite o controle acionário estrangeiro do capital das empresas de televisão a cabo. Tramita na Comissão de Educação do Senado projeto de lei do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que elimina a restrição da participação estrangeira nessas empresas. Como o conselho é órgão de caráter consultivo do Congresso, os senadores não precisam seguir, necessariamente, a sugestão do colegiado.

Ontem, a comissão do Conselho de Comunicação Social encarregada de examinar o projeto reuniu-se e ouviu representantes das empresas. O diretor-executivo da Associação Brasileira das Televisões por Assinatura (ABTA), José Francisco Araújo Lima, salientou as dificuldades de financiamento das empresas ante a necessidade de ampliação da infra-estrutura com vistas à universalização dos serviços.

— Só no ano passado, as empresas acumularam prejuízo que beira os R\$ 3 bilhões — disse o

dirigente.

Araújo Lima acrescentou que as sucessivas altas do dólar transformaram os empréstimos contraídos pelas empresas em "um fardo impossível de carregar".

Apesar dos apelos dos representantes empresariais, quatro dos cinco conselheiros integrantes da comissão se manifestaram pela rejeição do projeto. Daniel Hertz, representante dos jornalistas, sugeriu a análise do projeto de universalização elaborado pela própria ABTA, antes que se autorize a participação de capital estrangeiro no setor. Os problemas das televisões por assinatura, segundo ele, devem-se à omissão do Executivo, à falta de participação da sociedade no controle do setor e às opções equivocadas dos empresários.

Na próxima semana, o conselho deverá decidir sobre dois pareceres: um da comissão, e outro, alternativo, elaborado pelo conselheiro Paulo Machado de Carvalho, representante das emissoras de rádio, favorável ao projeto.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Penas mais duras para crimes contra juízes

Pauta de hoje do Plenário inclui, entre outros itens, projeto de José Sarney que eleva para até 40 anos a prisão para assassinos de juiz, membros do Ministério Público, jurados e policiais

Henrique Meirelles presta hoje contas ao Congresso

Pela primeira vez desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, comparecerá ao Congresso Nacional, para dar as explicações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre o cumprimento de metas e os objetivos para as políticas monetária, creditícia e cambial. A audiência ocorrerá hoje, a partir das 15h, na sala da Comissão Mista de Orçamento.

A apresentação do titular do BC será relativa ao segundo semestre do ano passado. Ou seja, ele estará incumbido de transmitir aos parlamentares a avaliação do último semestre da gestão do seu antecessor no cargo, Armínio Fraga.

Essa prestação de contas está

prevista no artigo 9º, parágrafo 5º, da LRF, que determina prazo de até 90 dias, contados a partir do encerramento de cada semestre, para o BC apresentar um balanço do que o governo vem fazendo nas áreas de câmbio, crédito e controle da moeda, evidenciando o impacto e o custo fiscal das operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Essa avaliação tem que ser apresentada em reunião conjunta das comissões de Orçamento, de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC), além de outras comissões temáticas da Câmara dos Deputados, como as de Finanças e Tributação, de Economia, Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle.

Suplicy defende ida do papa a encontro em Bagdá

Novo esforço para pôr fim ao conflito armado entre os Estados Unidos e o Iraque voltou a mobilizar o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Suplicy (PT-SP). Na sessão plenária de ontem, o senador petista apresentou requerimento sugerindo ao papa João Paulo II que convoque um conclave de líderes religiosos mundiais, preferencialmente em Bagdá, a fim de discutir soluções pacíficas para a crise iraquiana.

Segundo Suplicy, muitos apelos têm sido dirigidos ao *site* do Vaticano para que o papa vá pessoalmente a Bagdá e tente "colocar um parapeito à terrível guerra que lá se desenvolve". Embora esteja convicto de que o conflito só será resolvido, de forma peregrina, na esfera diplomática, o parlamentar não deixa de considerar a influência que os líderes religiosos têm sobre os governos e a opinião pública mundial, que em grande parte vem se manifestando contra esse confronto.

— Talvez esse seja um dos caminhos possíveis para acabar com a guerra — arriscou. Ainda no requerimento, que deverá ser exa-

minado hoje pela CRE, Suplicy recorda os termos do "Compromisso pela Paz Global", assinado pelos principais líderes religiosos mundiais durante a realização da Cúpula do Milênio, em setembro de 2000. O documento destaca a necessidade de trabalho em conjunto dessas lideranças para a promoção de condições que cultivem a paz.

Ao comentar a proposição de Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino (PT-RJ) considerou-a "lúcida e capaz de mudar a situação grave, constrangedora e deprimente" vivida no Iraque. Na sua opinião, a iniciativa também pode ajudar a convencer a opinião pública norte-americana, "dominada pela conspiração da mídia", a retirar seu apoio à guerra.

Caso o encontro religioso não possa ocorrer em Bagdá, Suplicy sugere a capital de um dos países envolvidos na guerra.

O presidente da CRE lembrou que nesta quinta-feira, às 10h, os embaixadores do Reino Unido, Roger Bone, e dos Estados Unidos, Donna Hrinak, compareceram ao Senado para falar da operação bélica contra o Iraque.

Dois projetos de lei que estabelecem penas mais duras para o crime de homicídio contra agentes públicos estão na pauta do Plenário de hoje, em regime de urgência. Um deles, do presidente do Senado, José Sarney, eleva de 30 para 40 anos o tempo máximo de cumprimento das penas privativas de liberdade, aumenta também a pena para homicídios qualificados, que passa a ser de reclusão de 20 a 40 anos, e introduz como homicídio qualificado o praticado contra magistrados, membros do Ministério Público, jurados e policiais.

A proposição considera qualificado o homicídio cometido contra aqueles agentes públicos "mesmo sem a intenção de intimidar os demais servidores responsáveis pela segurança pública, pelos processos judiciais e pelas execuções penais". Atualmente, a pena para o homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos.

O outro projeto estabelece, nos crimes de homicídio e lesão corporal, causas de aumento de pena. São qualificados o homicídio cometido contra policial em decor-



Proposta de José Sarney determina reclusão de 20 a 40 anos para homicídio qualificado

rência do cargo e o homicídio cometido por policial no exercício da função. A pena, nesses casos, será aumentada de um terço.

Essas duas somente poderão ser examinadas se os senadores votarem antes projeto de lei de conversão e duas medidas provisórias que estão trancando a pauta.

Na pauta há outros 15 itens, entre os quais projeto de lei de conversão proveniente de medida provisória (MP) que regulamenta o futebol profissional. As outras duas MPs são a que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica em operações de crédito rural e a que trata da concessão de aposentadoria especial ao

Jane de Araújo

cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção.

Ainda hoje, poderão ser votados proposta de emenda à Constituição (PEC) de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que acrescenta a alimentação aos direitos sociais; projeto que trata da proteção da língua portuguesa; e projeto que dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

Amanhã, deverá ser votada a PEC de Roberto Saturnino (PT-RJ) que determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais. Também estarão em pauta as indicações dos embaixadores junto à Irlanda e a Trinidad e Tobago e do delegado permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Já a sessão desta quinta-feira será destinada a um debate com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que deverá prestar ao Plenário esclarecimentos sobre a violência urbana e a possibilidade de discriminação do uso de drogas.

Mão Santa: Piauí rejeita presídio federal

O senador Mão Santa (PMDB-PI) mandou ontem um recado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos: o Piauí não aceitará em seu território a implantação de uma penitenciária federal nem tampouco permitirá que o narcotraficante Fernandinho Beira-Mar seja transferido para uma das cadeias do estado.

— O Piauí já conviveu com o crime organizado, comandado pelo coronel da Polícia Militar, Correia Lima. Eu o prendi. Nós resolvemos os nossos problemas, então, que cada estado resolva os seus. Espero que o presidente Lula, filho da democracia e do voto, entenda que só na ditadura se faz uma coisa dessas contra o povo.

Em vez de uma penitenciária federal, explicou Mão Santa, o Piauí pleiteia a construção de uma refinaria de petróleo, a conclusão do porto de Luís Correia e do hospital federal ligado à universidade. O estado também quer ajuda para aprimorar a Academia da Polícia



Mão Santa destaca que Piauí detém menor índice de violência contra pessoas de qualquer idade

Rosevelt Pinheiro

mil habitantes. Ele comparou este número com Pernambuco, que possui o pior índice do Nordeste: 42,7 casos a cada 100 mil.

O baixo índice de criminalidade no Piauí, segundo o senador Almeida Lima (PDT-SE), que ofereceu aparte a Mão Santa, decorre da ação competente das administrações estaduais. Ele disse que em vez de estar sendo "punido" com a implantação de uma penitenciária federal, o estado deveria receber estímulos com a alocação de recursos orçamentários.

Já Efraim Moraes (PFL-PB) propôs a união dos parlamentares nordestinos em defesa da região. Ele disse que em vez de levar presídios para o Nordeste, o governo federal deveria patrocinar grandes obras que combatam as desigualdades regionais e gerem empregos para a população. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou a atuação de Mão Santa nesses primeiros meses como senador e discordou da intenção do governo de levar a penitenciária para o Piauí.

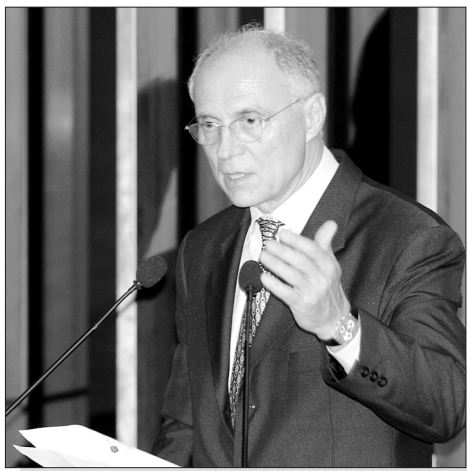
Suplicy vê avanços na luta pela renda mínima

Pioneiro, no Congresso, na defesa de programas sociais para erradicar a miséria absoluta, o senador do PT de São Paulo aprovou, há 12 anos, um projeto que ele chamou de “imposto de renda negativo”

Programas sociais destinados a erradicar a miséria absoluta e a fome no Brasil são discutidos de forma mais intensa dentro do Congresso desde 1991. Nesse ano, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) chegou à Casa e decidiu dedicar seu primeiro mandato ao convencimento da opinião pública brasileira de que era possível começar a eliminar a pobreza com um Programa de Garantia de Renda Mínima, a que chamava alternativamente de Imposto de Renda Negativo. Em entrevista ao *Jornal do Senado*, o senador faz um balanço dos avanços nesse setor, conta sobre a importância de que a cada brasileiro seja assegurada uma renda básica e avalia o programa Fome Zero:

– *Senador, qual foi a receptividade à sua proposta na época?*

– Utilizei a tribuna de forma sistemática para defender o projeto da renda mínima, que apresentaria em abril de 1991, mesmo nas sessões não deliberativas às sextas-feiras pela manhã, com a presença de poucos senadores. A princípio, era ouvido com um certo ceticismo, diante da inflação galopante do governo Fernando Collor e da crise econômica, que pareciam permitir pouco espaço para um programa social tão ambicioso. Aos poucos, conseguimos ganhar a atenção e o apoio até mesmo dos parlamentares de orientação



Projeto de Suplicy, aprovado pelo Senado em 1991, ainda aguarda votação na Câmara

econômica liberal, que não acreditavam em programas como o da renda mínima.

– *Quais eram os argumentos?*

– O projeto era viável e que não seria necessário aumentar tributos; basta haver determinação de cortar despesas, transferir recursos e suprimir incentivos que existem em nome dos pobres, mas que não os atingem. A todos, pacientemente explicava a necessidade de que fosse garantida a todos os brasileiros necessitados uma renda mínima, ou imposto de renda negativo. O projeto foi aprovado pelo Senado, em dezembro de 1991, após quatro horas e meia de debate, com participação de todos os partidos e nenhum voto em contrário. Porém, a proposta ainda espera votação da Câmara dos Deputados. Em 2002, consegui aprovar no Senado um projeto ainda mais ousado: o da renda básica incondicional, pelo qual a partir de 2005 todos os brasileiros resi-

dentos no país e estrangeiros residentes há mais de cinco anos teriam direito a um benefício monetário – não importa se dispõem ou não de renda própria.

– *Existem experiências realizadas a partir do seu primeiro projeto?*

– A primeira aplicação prática, com sucesso absoluto, foi obra de um prefeito do PSDB, José Roberto Magalhães Teixeira, de Campinas, que morreu durante o mandato, em 1996. Depois dessa experiência, várias outras se seguiram – em Brasília, São Paulo e tantas outras –, associadas à educação, como o bolsa-escola.

– *Como o senhor avalia o programa Fome Zero?*

– Acredito que pode ser vitorioso, sobretudo o cartão-alimentação. Trata-se de um passo na direção da renda básica de cidadania, assim como o são os programas de renda mínima associados à educação, à saúde, como o bolsa-escola, o bolsa-alimentação, o Peti e outros de transferência de renda. Esses programas podem ser vistos como positivos, pois relacionam o direito à renda mínima à alimentação, à educação, à saúde, às alternativas ao trabalho infantil etc. Mas devemos ter como perspectiva que o desenvolvimento requer liberdade crescente de opções, que o próprio processo educacional envolve a conscientização crescente que só se obtém com maior liberdade. Daí por que será importante termos certeza do recebimento pelos brasileiros de uma renda básica.

Raupp: reforma agrária não é só desapropriação

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ao governo federal a execução de uma reforma agrária que não se limite à desapropriação e à distribuição de terras, contemplando planejamento, investindo na infra-estrutura e na assistência técnica. Segundo o senador, várias pesquisas vêm demonstrando a falência do modelo de reforma agrária tradicionalmente adotado. Ele observou que, em uma delas, realizada pelo Ministério da Saúde, em conjunto com a Universidade de Brasília (UnB), ficou constatado que, entre 139 assentamentos visita-

créditos agrícolas e sem infra-estrutura de moradia, deixou as terras sem que seus nomes fossem subtraídos dos balanços da reforma agrária, relatou.

Em Rondônia, afirmou o senador, 137 projetos de assentamento contemplam 57 mil famílias,

cujas reclamações são semelhantes às de outros assentamentos: carência de estradas, de assistência médica, localização distante dos centros urbanos e dos consumidores.

Valdir Raupp disse reconhecer, entretanto, o empenho do governo



Raupp considera que o atual modelo de reforma agrária está falido

em adotar um novo modelo de reforma agrária, anunciando até mesmo a extinção de alguns assentamentos já existentes. “Não se pode ignorar, como fato avissareiro, a inclusão do Plano Nacional de Reforma Agrária no Plano Plurianual, que deverá ser executado no período de 2004 a 2007”, completou o senador. Segundo ele, a agropecuária e a agroindústria são dois poderosos instrumentos de que o governo pode dispor, nos próximos anos, para matar a fome de milhões de brasileiros, criar empregos e gerar renda.

Em outro levantamento, feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Banco do Brasil e governo de Mato Grosso, disse o senador, constataram-se irregularidades que vão do pagamento de ágio para a compra de lotes à falta de infra-estrutura. Sobre a pesquisa, a imprensa divulgou, segundo Raupp, que o assentamento Ena, em Feliz Natal (MT), teve 455 famílias assentadas em 1998. Quando a comissão chegou ao local, no ano passado, só havia 50. O restante, sem

tanto especuladores como produtores, geradores de emprego e renda – que iremos avançar e gerar justiça social – finalizou o senador.

Efraim cobra esclarecimentos sobre as ações do MST

O senador Efraim Morais (PFL-PB) afirmou ser “imperativa” a presença, no Senado, do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Marcelo Resende, para esclarecerem sua posição diante das invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas últimas semanas.

– O presidente Lula da Silva está comprometido com a paz no campo e, em sua campanha, não mudou seu pensamento. Mas queremos saber como pensam os que,

dentro da máquina do governo, operam diretamente esse processo – declarou o senador, lembrando que o ministro e o presidente do Incra foram postos sob suspeita pelos proprietários rurais por causa do suposto empenho inicial de ambos em revogar a medida provisória que criminaliza as invasões e considera as terras invadidas indisponíveis para reforma agrária por dois anos.

Na avaliação do senador, a posição do governo tem sido ambígua. O presidente do PT, José Genoíno, afirmou ao jornal *O Estado de S. Paulo* que apóia as manifestações

dos sem-terra, “desde que feitas dentro da lei”, e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, também avisou que punirá excessos. Enquanto isso, disse Efraim, as lideranças do MST saem de uma reunião no Palácio do Planalto avisando que as invasões vão continuar, por configurarem uma “pressão benéfica” sobre o governo Lula, para que este agilize a reforma agrária. Segundo o senador, o MST teria dito que reservou o mês de abril para invasões em massa, dentro de um movimento batizado de “Latifúndio Zero”.

– A reforma agrária é indispen-

sável e o clamor dos trabalhadores rurais, respeitável e procedente. Não será, porém, por meio da violência e da coação – que não discrimina seus alvos, agredindo

tanto especuladores como produtores, geradores de emprego e renda – que iremos avançar e gerar justiça social – finalizou o senador.

Invasões e mortes vêm caindo

Desde 1999, o número de invasões de terra vem diminuindo no país. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, há quatro anos foram notificados 455 casos; no ano passado, foram menos de 100. O número de mortes no campo também caiu: foram 27 em 1999 e três em 2002. Apesar disso, a quantidade de óbitos em conflitos de terra no Brasil soma 185 desde 1996. Ainda de acordo com o ministério, entre 1995 e setembro do ano passado, 635 mil famílias foram assentadas em todo o país, das quais 34,5% na Região Norte e 33,1% no Nordeste. Levantamento feito pelo Banco de Dados da Luta pela Terra, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), indica que os acampamentos do MST reúnem atualmente cerca de 65 mil famílias.

Jornalistas da "IstoÉ" vão depor no Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouvirá às 10h de quinta-feira os jornalistas Weiller Diniz e Luiz Cláudio Cunha, da revista *IstoÉ*, autores da reportagem, publicada em fevereiro, que denunciou a existência de um esquema de instalações clandestinas em mais de duas centenas de números de pessoas da Bahia.

O pedido para ouvir os jornalistas foi feito pelo relator do caso no conselho, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), e obteve aprovação por nove votos favoráveis e seis contrários na reunião de quinta-feira passada, depois de grande polêmica entre os integrantes do conselho.

A expectativa dos senadores é que o relato dos jornalistas escl-



Mesquita Júnior, relator do caso dos grampos e autor do requerimento

reça as circunstâncias em que a matéria foi apurada e, principalmente, se existem elementos que indiquem uma possível participação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no episódio. Para tanto, o colegiado está realizando sindicância, ou apuração preliminar do caso, já tendo ouvido o delegado responsável pelo inquérito na Polícia Federal, Gesival Gomes de Souza.

Os senadores Sibá Machado (PT-AC), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Heloísa Helena (PT-AL) deverão apresentar, na reunião de quinta-feira, requerimentos solicitando o depoimento de outras pessoas envolvidas na investigação, conforme anunciaram na reunião anterior do conselho.

Estatuto do Torcedor será examinado na quinta-feira

O projeto de lei do Executivo que cria o Estatuto de Defesa do Torcedor deve ser votado na quinta-feira, às 10h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O principal objetivo do estatuto é dar garantias de proteção às pessoas que comparecem aos estádios de futebol ou aos ginásios esportivos.

Na semana passada, as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação (CE) emitiram pareceres favoráveis ao projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados. Caso a CAS siga o voto favorável do relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), e não ocorra nenhuma alteração na proposta do Executivo, a matéria segue direto para apreciação do Plenário do Senado e, se aprovada, poderá ir à sanção presidencial.

O projeto, conforme informou o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), tem apoio da maioria dos cronistas esportivos brasileiros e do órgão maior que comanda o futebol no



Mercadante, líder do governo: projeto tem apoio até da Fifa

mercado, a Fifa. As normas previstas na proposta em exame, observou, já estão em prática há anos na Europa.

O projeto estabelece que o torcedor que promover tumulto, praticar ou incitar a violência e invadir estádios de futebol ou ginásios onde se realizam eventos esportivos ficará impedido de comparecer, pelo prazo de três meses a um ano, às praças esportivas ou às suas proximidades, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, como inquérito policial. Incurrirá nas mesmas penas o torcedor que promover tumulto num raio de cinco quilômetros ao redor do local onde se realizam os jogos.

O projeto estabelece, também, que o torcedor terá direito a obter informações claras sobre as competições, a íntegra do regulamento, as tabelas, a escalação dos árbitros imediatamente após sua definição, a renda obtida com os ingressos — que passarão a ser numerados — e o número de espectadores pagantes e não-pagantes.

Ministro Furlan debate hoje política industrial

Audiência pública às 11h, na Comissão de Assuntos Econômicos, discutirá planos do governo relacionados à exportação e importação

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, participa hoje de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a partir das 11h. Ele deverá expor os seus planos para a pasta, responsável pela condução das políticas industrial, de exportação e de importação.

Antes da audiência, os integrantes da CAE devem analisar o relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre o ofício do Banco Central encaminhando pedido da prefeitura de Joinville, em Santa Catarina, para que seja aprovada resolução específica do Senado autorizando os municípios a contratarem, com a Caixa Econômica Federal, operações de crédito vinculadas a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal.



Ramez Tebet (D), presidente da CAE, deve anunciar hoje a composição das subcomissões de turismo e de legislação de exploração mineral

Esse é o único item não terminativo da pauta, e o parecer de Suassuna é pelo arquivamento da proposta. Os outros sete itens estão impedidos de ser votados porque a pauta do Plenário está bloqueada por três medidas provisórias, o que suspende o exame de matérias terminativas nas comissões.

O presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), deve anunciar a composição das duas subcomissões aprovadas pelos integrantes da CAE: a de turismo e a que estudará a atual legislação de exploração mineral e a compensação financeira concedida aos estados em que atuam as empresas do setor.

CCJ pode solicitar a Palocci explicações sobre Petrobras

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa amanhã relatório do senador Tião Viana (PT-AC) favorável ao requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) solicitando ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, esclarecimentos sobre indício de vazamento de informação privilegiada sobre a descoberta de novo campo de petróleo na Bacia de Sergipe, feita pela Petrobras.

O anúncio da descoberta foi feito no início de março pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e, de acordo com o senador, investidores da Petrobras podem ter tido acesso à informação antes do anúncio oficial feito pela agência. Caso seja aprovada na CCJ, a matéria segue para análise do Plenário.

Valadares registrou que, no dia anterior ao anúncio da ANP, houve acréscimo no volume de negócios com ações da Petrobras na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Por isso, ele não concorda com a decisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de não investigar as operações financeiras com ações da empresa, sob a alegação que o volume de ope-

rações não foi diferente da média mensal. Valadares pede a Palocci dados como: volume de negócios registrados nos cinco dias anteriores e nos cinco dias posteriores ao anúncio da descoberta e a média dos três primeiros meses do ano.

Valadares também questiona se a capacidade do novo campo de petróleo está bem estimada. De acordo com o senador, enquanto a ANP indicou inicialmente uma possível capacidade de 1,9 bilhão de barris, para especialistas pode haver menos da metade desse total. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que o governo não vai tolerar manobras especulativas e dará apoio à apuração.

Caso a pauta do Senado seja liberada hoje, a CCJ pode votar propostas como o projeto do ex-senador Ademir Andrade determinando que as assembleias legislativas sejam informadas sobre a liberação de recursos federais para os estados e para o Distrito Federal. O relator, Amir Lando (PMDB-RO), concorda com a medida.



Para Valadares, houve vazamento de informações sobre descoberta de um novo campo petrolífero

A comissão, que tem outros 30 itens em sua pauta, pode aprovar definitivamente, em turno suplementar, o substitutivo do ex-senador Casildo Maldaner ao projeto de lei do ex-senador José Fogaça que regula as atividades das empresas de fomento mercantil, ou *factoring*. Pelo substitutivo, as empresas devem ser sociedades anônimas ou por cotas de responsabilidade limitada, e as receitas operacionais só poderão ser compostas de comissão de prestação de serviços, diferencial na aquisição de créditos, entre outras, sem conflito com operações típicas de instituições financeiras. A intenção do projeto é resguardar o setor do que Fogaça chamou de "verdadeiros picaretas que utilizam o nome *factoring* para praticar o pior tipo de agiotagem".

Cristovam explica hoje planos para educação

Comissão de Educação tem duas reuniões nesta semana, entre elas a audiência pública desta manhã, às 11h30, com a presença do senador licenciado pelo DF. Amanhã, pauta inclui 50 itens, 46 deles em votação terminativa

A Comissão de Educação (CE) realiza duas reuniões nesta semana. A primeira é uma audiência pública hoje, às 11h30, com o ministro da Educação, Cristovam Buarque. Ele explicará aos senadores as diretrizes e programas prioritários de seu ministério. A proposta de convite ao ministro partiu dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Hélio Costa (PMDB-MG), respectivamente presidente e vice da CE.

Na reunião de amanhã, às 10h, a CE começará a examinar pauta com 50 itens, sendo que 46 terminativos. Desses, 43 são projetos de decreto legislativo que autorizam a concessão ou renovação de serviços de radiodifusão em diversos municípios. Os itens terminativos recebem sua decisão final na própria comissão e só são examinados pelo Plenário caso haja recurso nesse sentido. Os 46 itens só poderão ser votados pela CE caso a pauta do Senado seja liberada, após a votação das medidas provisórias que já tiveram o prazo esgotado.

Entre as matérias em pauta está



Comissão discutirá amanhã projeto que dá às empresas nacionais prioridade no licenciamento das tecnologias geradas com recursos públicos

um substitutivo do senador Marco Maciel (PFL-PE) a projeto de autoria do ex-senador Blairo Maggi, atual governador de Mato Grosso. O projeto original proíbe instituições públicas de transferir o direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas. Em seu substitutivo, Maciel determina que sejam criados mecanismos que não proíbam a transferência de propriedade para empresas privadas, mas sim estabeleçam para empresas brasileiras a prioridade no licenciamento das tecnologias

desenvolvidas com recursos públicos.

O senador explica que a vedação total correria o risco de engessar as relações entre organismos públicos e empresas privadas. Para Marco Maciel, a obrigatoriedade de dar preferência ao licenciamento de grupos brasileiros irá garantir não só a necessidade de estimular a pesquisa e o investimento no país mas também resguardar o direito de propriedade das entidades de pesquisa.

Também na pauta da comissão

está projeto de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), com parecer favorável do senador Gerson Camata (PMDB-ES), determinando que os estagiários tenham férias sempre que possível no período de férias escolares.

— Os estágios são realizados em períodos de um ou dois anos, o que pode acarretar que o estagiário fique todo esse tempo sem a pausa razoável para o descanso e o exercício de outras atividades — afirmou Camata em seu relatório.

Há ainda para exame da CE requerimento do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pedindo a presença do ministro da Saúde, Humberto Costa, em audiência pública na comissão para prestar esclarecimentos sobre os projetos de sua pasta. Outro projeto de lei em pauta é o do senador licenciado Maguito Vilela (PMDB-GO) que altera o Código Brasileiro de Telecomunicações, para que pelo menos 5% da programação de rádio e de televisão, transmitida entre 6h e 18h, seja destinada à veiculação de cursos de línguas estrangeiras.



Jucá contabiliza um milhão de novas matrículas nas faculdades entre 1995 e 2000

Jucá: ensino superior cresceu muito na era FHC

O aumento de um milhão de matrículas nas escolas de ensino superior, entre 1995 e 2000, foi maior, em termos absolutos, do que o registrado nos últimos 14 anos. Os números, divulgados pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), atestam, segundo ele, a qualidade da política educacional desenvolvida no país no decorrer dos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Pelos dados de Jucá, em 2001 o Brasil contava com mais de três milhões de alunos em faculdades, apontando um acréscimo de 82% em relação a 1994. Nesse período, a região que mais cresceu em número de matrículas foi o Centro-Oeste, com 134%; seguida do Norte, com 121%; do Sul, com 97%; do Nordeste, com 74%; e do Sudeste, com 71%.

Para obter esse crescimento, observou Jucá, o Ministério da Educação precisou agir duro, “quebrando o processo burocrático e cartorial” de credenciamento de novas instituições, que teria inibido a competitividade e gerado ganhos indevidos para empresários do setor. O Ministério enfrentou também, de acordo com o senador, a falta de condizente sistema de avaliação da graduação, distorções instaladas no sistema e a ineficaz utilização dos recursos públicos.

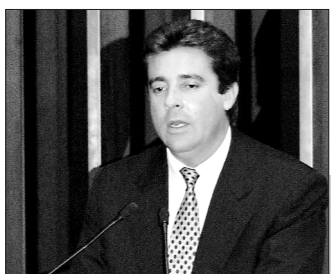
— Com as mudanças, 63 mil professores foram incorporados às instituições de ensino superior, que passaram a contar com cerca de 205 mil funções docentes. É importante acentuar que a parcela de professores com mestrado cresceu de 24% para 32% e a de doutores de 15% para 22% do total — afirmou Jucá.

Valmir Amaral defende mais estímulo à pesquisa

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) cobrou do governo ações concretas para manter no país cientistas e pesquisadores formados nas universidades brasileiras. Ele informou que cerca de 996 profissionais deixaram o país nos últimos anos, indo para o exterior em busca de remuneração mais digna e melhores condições de trabalho.

Essa “evasão de cérebros”, além de nociva para a pesquisa e a ciência, causa grande prejuízo: a formação dos pesquisadores, de acordo com levantamento técnico citado pelo senador, custou aos cofres públicos cerca de US\$ 100 milhões, incluindo salários de professores, custeio e infra-estrutura de pesquisa.

— Enquanto perdemos terreno, outros grupos de pesquisadores em países que levam a pesquisa a sério estão nas páginas das melhores revistas especializadas, exibindo o resultado



Valmir Amaral pediu reestruturação da carreira e aumento de vagas

de trabalhos que poderíamos ter desenvolvido no Brasil, fossem outras as condições de salário, investimento, recursos, planejamento e de vontade política — alertou Valmir Amaral.

Ele concluiu pedindo uma nova reestruturação da carreira acadêmica, com base no mérito e na titulação, e aumento de vagas no corpo docente das universidades brasileiras. A seu ver, as instituições federais de ensino superior não podem mais continuar contratando professores a título de visitantes.

Subcomissão de Cinema elege presidente e vice

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática reúne-se na quinta-feira, às 9h30, para eleger presidente e vice-presidente. A subcomissão foi criada com o objetivo de debater questões da indústria cinematográfica brasileira e elaborar propostas legislativas.

Também entre as funções da subcomissão está a de debater a

estrutura, programação e conteúdo das mídias de comunicação de massa no Brasil, além de examinar e elaborar propostas a esse respeito. Outra missão dos senadores é analisar estudos sobre a informação e suas novas tecnologias, podendo realizar audiências com organismos da sociedade e solicitar depoimentos de qualquer cidadão.

Público no Brasil aumentou 21%

O público de cinema no Brasil em 2002 chegou a 90,8 milhões de espectadores, um crescimento de 21% em relação a 2001. A produção internacional, principalmente a norte-americana, foi responsável pela grande frequência dos brasileiros no cinema.

As estréias nacionais tiveram só 8% do total desse público, sendo que o cinema brasileiro teve 34 estréias e foi marcado pelo filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles, que concluiu o ano com 3,09 milhões de espectadores e uma indicação ao *Globo de Ouro*. Em seguida, em número de espectadores, veio *Xuxa* e os *Duendes*, com 2,6 milhões.

A produção cinematográfica nacional é fomentada por verbas e incentivos governamentais, como as leis de renúncia fiscal instituídas após a extinção da *Embrafilme*, em 1990. Com apoio das leis de incentivo à cultura, 167 longas-metragens foram produzidos entre 1995 e 2001.

Efraim quer saber como será a nova Sudene

Senador vai propor à Comissão de Assuntos Econômicos que convida representante do Ministério da Integração Nacional para explicar como está sendo planejada a recriação do órgão

Proposta de Delcídio define os direitos dos pacientes

No Brasil, os pacientes pouco ou nada são informados sobre seu estado de saúde, na opinião do senador Delcídio Amaral (PT-MS). Para suprir essa lacuna no tratamento oferecido pelos serviços de saúde públicos e particulares, ele apresentou um projeto de lei sobre os direitos dos pacientes. A proposta será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à de Assuntos Sociais (CAS).

O direito do paciente à informação sobre sua condição de saúde, conteúdo de seu prontuário e riscos e benefícios do tratamento prescrito é uma das questões abordadas no projeto. A partir do conhecimento sobre seu estado,



Delcídio Amaral diz que paciente ainda tem pouca informação

argumenta o senador, a pessoa em tratamento ou sua família – no caso de o doente estar inconsciente ou ser incapaz de entender sua condição – poderá ter autonomia para aceitar ou recusar o diagnóstico ou procedimento terapêutico, assim como consultar outros

médicos.

Delcídio ressalta que o princípio da autonomia, quando aplicado aos direitos do paciente, é um dos pontos fundamentais da bioética. Com base nele, o doente torna-se sujeito de seu processo médico-hospitalar, o que implica maior responsabilidade das pessoas em relação à sua saúde e informação clara, verídica e prévia do médico e do serviço de saúde.

Jucá registra premiação ao Projeto Anike 2002

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) saudou a premiação do Projeto Anike 2002 – implantado em Roraima – pelo Programa Gestão Pública e Cidadania. O projeto Anike, segundo o senador, fortaleceu a auto-estima e autonomia dos povos indígenas de Roraima, por meio da formação de professores indígenas e da produção de material didático diferenciado, a partir da própria história oral desses povos.

– O projeto Anike ampliou a participação da comunidade na vida escolar, incluiu atividades comunitárias no processo de aprendizagem, integrou crianças e adultos, valorizou a biodiversidade do local em que moram e resgatou conhecimentos tradicionais – afirmou Jucá.

Antes da implantação de oficinas que deram origem ao projeto Anike, lembrou o senador, a escola ensinava os índios a migrar para as cidades, a abandonar suas tradições e a absorver os conhecimentos baseados na realidade urbana.

A situação começou a mudar, na avaliação de Jucá, na década de 90, quando o Ministério da Educa-

ção obrigou as escolas a reconhecer a diversidade sociocultural e lingüística do país. Com o surgimento da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (Opir), iniciou-se profunda mudança, disse ele, pois a Opir, além de ensinar a captação de recursos financeiros para as comunidades, passou a promover oficinas, transformando-se no embrião do projeto Anike.

Entre as várias propostas da Opir, uma delas, baseada em crenças e mitos dos makuxi, desenvolveu-se a partir de 2000, quando o Ministério da Educação, segundo Jucá, propiciou curso para 40 professores indígenas, enfatizando a história oral, por meio de entrevistas em aldeias de etnias diferentes.

Atualmente, informou Jucá, o projeto Anike beneficia cerca de 130 professores indígenas, pretendendo-se que o ensino alcance todos os 11 mil indígenas de Roraima. Já foram editados dois livros de História, escritos na língua makuxi, destinados à 1ª e 2ª séries do ensino fundamental.

A falta de informações sobre como está sendo feita a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) levou o senador Efraim Morais (PFL-PB) a anunciar ontem que apresentará requerimento na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), solicitando o comparecimento da funcionária Tânia Bacelar, que representa o Ministério da Integração Nacional no grupo de trabalho interministerial encarregado de elaborar o novo modelo. Com essa iniciativa, o senador pretende esclarecer “com um pouco mais de profundidade” o que será a nova Sudene.

– Queremos saber que Sudene está em gestação. Queremos discutir o novo modelo para que possamos contribuir e juntar esforços no sentido de esculpir um órgão que não seja amanhã extinto por não cumprir sua finalidade.

Efraim questionou o governo sobre as dúvidas que não consi-



Efraim Morais: “Queremos saber que Sudene está em gestação”

dera esclarecidas.

– Pretendem a volta dos incentivos fiscais que locupletaram uma infinidade de empresários inescrupulosos do Sul e do próprio Nordeste, que se evadiram do pagamento de impostos e construíram fantasmas que rondam os distritos industriais da região?

A título de amostra, o senador lembrou que das 139 fábricas instaladas no Distrito Industrial de João Pessoa, 60 fecharam as portas e desempregaram milhares de

PMDB deve participar mais, afirma Lando

O senador Amir Lando (PMDB-RO) conclamou seu partido a participar ativamente da vida política do país, contribuindo com as mudanças pretendidas pelo governo Lula. Segundo ele, não se trata de participar, formalmente, da base de sustentação do governo, mas de colocar em prática um discurso que coincida com os princípios doutrinários do PMDB e com a vontade do povo.

O senador acredita que a causa



Segundo Lando, partido tem que contribuir para projeto de desenvolvimento

das mazelas do país é a existência de um “império das elites que se mantém há cinco séculos”. Ele ressaltou que, quando o povo elegeu a mudança e reclama pelo movimento, é inconcebível que o PMDB “renegue sua história e seu nome e permaneça inerte às sirenes de alerta da fome, da dor, do analfabetismo e da violência”.

– O PMDB, pela sua experiência histórica, tem que participar da reconstrução do Estado brasileiro.

Para Amir Lando, é hora, mais uma vez, de o PMDB participar do cenário político nacional, ainda mais em um momento de turbulência mundial. Ele lembrou que o partido nasceu sob a bandeira do “movimento democrático”, em meio à agitação do povo contra a ditadura.

– Enquanto artífice da democracia, nos anos de chumbo, e participe dos movimentos populares da história recente do país, o PMDB é chamado a contribuir naquilo que, talvez, seja a consolidação de sua luta: conceber um projeto de desenvolvimento nacional, como resposta ao reclamo das urnas.

Senadores discutem horário de verão

Em sua reunião de hoje, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examinará pauta com quatro itens. O primeiro, terminativo, veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás e Tocantins e no Distrito Federal. De autoria do senador licenciado Maguito Vilela (PMDB-GO), o projeto tem parecer pela rejeição emitido pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). A reunião da CI

tem início previsto para as 14h.

Também na pauta da comissão está projeto do Senado que inclui no Plano Nacional de Viação uma estrada de ligação entre duas rodovias federais no Espírito Santo, as BRs 482 e 262. O autor da matéria é o senador Gerson Camata (PMDB-ES), e o relator, o senador José Maranhão (PMDB-PB). Essa é a única matéria com parecer favorável do relator entra as que constam da pauta.



Rodolpho Tourinho deu parecer contrário a projeto que restringe o horário de verão

Paim propõe adicional no reajuste do salário mínimo

Projeto do vice-presidente do Senado acrescenta o valor de R\$ 0,20 por hora trabalhada nos aumentos a partir de 2004

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), apresentou projeto de lei para assegurar que, a partir de 1º de maio de 2004, o salário mínimo e os benefícios pagos pela Previdência a aposentados e pensionistas terão reajuste conjunto pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), relativo aos últimos 12 meses, acrescidos de R\$ 0,20 por hora trabalhada. Por lei, o salário equivale a 220 horas mensais, o que daria, portanto, um acréscimo de no mínimo R\$ 44.

— Esse reajuste, calculado em cima dos R\$ 240, anunciado pelo governo para vigorar no próximo dia 1º de abril, daria o equivalente a US\$ 100, em 2004. Essa sempre foi minha luta como deputado e continuará a ser a mesma como senador — afirmou.



Pela proposta de Paulo Paim, correção do salário e benefícios da Previdência seria acrescida de R\$ 44

Paim reconhece que US\$ 100 não são suficientes para dar ao trabalhador e sua família as condições de vida previstas na Constituição, mas observa que os R\$ 0,20 por hora, aplicados cumulativamente a cada ano, melhorará o poder aquisitivo dos trabalhadores, aposentados e pensionis-

tas da Previdência.

Ele afirmou sonhar com o salário mínimo ideal de R\$ 1.300, mas entende que a economia brasileira dificilmente suportaria um valor desse nível nos próximos anos. Para o senador, em vez de gerar desemprego, o reajuste do salário mínimo acaba criando postos de trabalho.

Em aparte, o senador Efraim Morais (PFL-PB) argumentou que os R\$ 240 que o governo Luiz Inácio Lula da Silva anunciou não satisfazem seu partido, o PFL. “Vamos lutar pelo menos por um piso salarial de R\$ 250”, disse.

Também em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lembrou o esforço de Paim por um salário maior e garantiu que continuará ao seu lado na luta em defesa do trabalhador.

Arthur Virgílio: há margem para um aumento maior

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), elogiou a edição de medida provisória fixando o novo salário mínimo em R\$ 240, mas ressaltou que, se algum parlamentar petista propuser um aumento para R\$ 260, terá o seu apoio integral, porque dispõe de estudos técnicos que comprovam a viabilidade desse valor.

— Se um petista de qualquer corrente, seja bola, rebola, carambola, radical, moderado, propuser algo até R\$ 260, eu embarco junto, porque considero que há margem para esse valor. Se vier a proposta de R\$ 261, aí eu estou fora, porque seria uma canoa demagógica e populista — disse o líder da oposição.

Virgílio mostrou-se satisfeito em ver que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve a tradição dos últimos três anos, de antecipar a data do novo mínimo para abril.

O senador afirmou que, se fossem cumpridas as promessas de campanha, de aumentos em quatro etapas, Lula elevaria agora o valor para R\$ 294, e o então candidato do PSDB, José Serra, para R\$ 266.

— Os dois números são impossíveis, por causa das contas da Previdência e das pequenas prefeituras, embora o número de campanha do PT seja puro Duda Mendonça — acrescentou, referindo-se ao publicitário responsável pela campanha de Lula à Presidência.



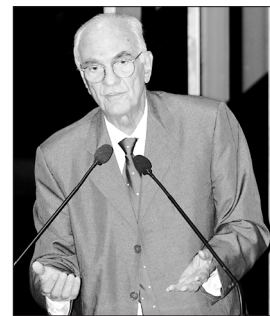
Virgílio antecipou apoio a proposta que eleve piso para R\$ 260

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sugeriu que os líderes discutam a possibilidade de um índice maior para o aumento do salário. José Jorge (PFL-PE) elogiou Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu uma renda mínima de cidadania para todos, por volta de R\$ 240.

Também apartando, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que o Congresso conseguiu elevar o mínimo proposto no ano passado pelo então presidente Fernando Henrique Carlos.

Saturnino diz que não houve recuo na fixação do novo valor

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que o novo valor do salário mínimo, de R\$ 240, não foi decepcionante. Segundo o senador, “não houve nenhum recuo em relação ao esperado e tratou-se de uma decisão que demonstrou atenção maior do atual go-



Saturnino lembrou limitações impostas pelos benefícios previdenciários

verno quanto ao problema, uma vez que o governo anterior falava em R\$ 211”.

Conforme o senador, a Previdência tem sido um fator limitador e contingenciador” no momento de se fixarem patamares mais elevados para o salário mínimo. Ele disse que o próprio líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), já admitiu que o PT se equivocou ao combater a reforma da Previdência durante a administração anterior.

— Não quero criar expectativas falsas. Mas que os senhores não se surpreendam se o governo Lula, depois da reforma da Previdência e antes de abril de 2004, enviar ao

Congresso uma nova medida provisória com um patamar acima de R\$ 240 — avisou Saturnino.

Ao comentar o pronunciamento que o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), havia feito sobre o novo salário mínimo, Roberto Sa-

turnino apontou diferenças de filosofia entre o atual governo e o anterior. Conforme Saturnino, Virgílio considerou que os valores fixados pelas autoridades da área econômica foram realistas em face das condições econômicas enfrentadas pelo país. A administração atual, de acordo com o senador pelo Rio, é de natureza desenvolvimentista, como o foi a do ex-presidente JK, pois pretende adotar uma política salarial em que os reajustes sejam superiores aos aumentos de produtividade.

Saturnino disse que o novo mínimo demonstra maior atenção do governo com a questão salarial.

Para José Jorge, Fome Zero deve usar antigos projetos

O senador José Jorge (PFL-PE) recomendou ao governo federal que aproveite os programas sociais já existentes para garantir o sucesso do programa Fome Zero. Segundo o senador, que debateu o tema ontem, em Plenário, a estrutura montada no governo



José Jorge defendeu programas deixados por Fernando Henrique

Fernando Henrique Cardoso é fundamental para atingir milhões de pessoas em todo o país. José Jorge salientou também que, para mobilizar o país, é preciso estabelecer com clareza o papel a ser desempenhado pelos agentes envolvidos na proposta: o governo federal, os governos estaduais e municipais e a sociedade.

— Não basta boa intenção do governo federal. Uma estrutura bem montada é até mais importante do que a intenção. Lançar um programa federal sem levar em conta

a estrutura já existente é querer inventar a roda — disse José Jorge, que foi ministro de Minas e Energia durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O senador afirmou que, da forma como foi anunciado o Fome Zero,

fica a impressão de que não existia nenhum programa voltado para a alimentação no âmbito federal. Ao contrário, disse o senador, já estavam em andamento pelo menos sete programas sociais, todos voltados para a alimentação, e que a seu ver devem ser aproveitados e ampliados. José Jorge citou, entre outros, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); o Bolsa-Escola Federal; e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Com salário de R\$ 240, Lula cumpre acordo

Com o reajuste do salário mínimo de R\$ 200 para R\$ 240, em vigor a partir de hoje, 1º de abril, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpre o acordo firmado entre todos os partidos políticos na noite do dia 26 de junho passado, quando estava em votação pelo Congresso Nacional a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003.

O acerto foi feito pelos líderes para superar o impasse a que havia chegado o exame da LDO, por-

que os então partidos de oposição, liderados na Câmara dos Deputados pelo PT, queriam colocar na lei a garantia de que o salário mínimo iria para R\$ 240.

Naquela noite, todos os líderes partidários na Comissão Mista de Orçamento, inclusive do PSDB (partido do então presidente da República), concordaram que o mínimo deveria subir pelo menos 20% no dia 1º de abril de 2003.